

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS/MG

ATA DE REUNIÃO

III Reunião Ordinária do ano de 2024

Ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde de Divinópolis realizada aos 03 dias do mês de abril de 2024, através da Plataforma Google Meet e whatsapp do Conselho Divinópolis/MG. Presentes os Conselheiros (as): Ana Laura Santos Lopes, Adriano Guimarães Parreira, Sheila Salvino, Amarildo de Sousa, Flávia de Oliveira, Maria Rosa Pinto Amaral, Irislaine Duarte Lopes Aquino, Érika Camargos Ferreira, Míriam Cristina da Silva Amaral, Marcela Valério Silva, Maria Aparecida de Sousa, Miguel Francisco Isvar Tantric Ferreira Viegas Meireles, Inês Alcione Guimarães, Juliano Gonçalves Resende, Henrique Meckler dos Santos, Soraia Mileib Santos Oliveira, Lourdes Ribeiro de Almeida La Porta, Júlia Esteves de Assunção, Matheus Elias Fernandes Silva, José Marcelo David, Geraldo Lucas Lamounier, Geraldo de Almeida, Verlaine Barbosa, Guilherme Augusto da Silva Barbosa e Guilherme Lacerda Teixeira. Os visitantes: Alan Cândido, Daniela Dias Vasconcelos, Dayane Albino, Edson Pereira dos Santos, André Martins, Fernanda Freitas, Flávia Valério, Mayara Cristina Silva, Noelli Lamounier, Renata Silva, Rita Mendonça, Vanessa, Vanessa Ribeiro, Vigilância em Saúde, Renata Marques Natividade, Simone Cassiano, Miguel Gamer, Vitor Costa, Priscila Camargos, Hélio Chagas, Eduardo Oliveira, Emily Sousa, Willian Vinícius, RI Brigadadeincêndio, Vilânia Cristina, Otávio Vinícius Arantes, Ara Gomes, Fábio Botelho, Dayana Santos, Ramon Santos, Marcos Túlio, Ana Cláudia Quadros, Elânia Aparecida, Juliana Ferreira da Silva, Marcela Silva, Cláudia Rodrigues, Cristina Stehling, Isabel Soares, Rosane Gonçalves, Cristiane Silva Joaquim, Tércio de Faria Leão, Isabel Carolina da Silva, Marlene Alves. Às 18h40minutos após a conferência do quórum e o mesmo estabelecido, o presidente do Conselho dá início aos trabalhos e informa sobre as pautas da reunião, esclarece que a PICS já passou pelo Conselho e voltou para a gestão para ajustes sugeridos pelos Conselheiros e a outra pauta será a deliberação da PAS 2023 e diz ainda que nos informes a Semusa representada pela Sra. Sheila solicitou a fala porque tem algumas informações para passar referente à Secretaria de Saúde e passa a palavra para ela. Sheila diz que irá fazer alguns apontamentos que acha interessante compartilhar com todos, em primeiro lugar informa sobre a entrega da Unidade de Saúde do Dom Cristiano no próximo sábado no dia seis de abril às nove horas da manhã e convida a todos para participarem da inauguração, a segunda questão que ela pontua é referente a uma medida emergencial para dinamizar o acesso ao leito hospitalar de urgência, o comitê macro-regional de urgência e emergência tinha deliberado pela suspensão por quinze dias nas cirurgias eletivas com a finalidade de liberar esse leito que precisaria ficar reservado no pós-cirúrgico e ser utilizado no enfrentamento da dengue, esse quinze dias já se passaram e as cirurgias já foram retomadas, em Divinópolis com a particularidade que as cirurgias não foram completamente suspensas porque o hospital tinha apresentado como solução também paliativa e emergencial que em condições muito excepcionais a Semusa autorizasse a implantação do quinto leito nas enfermarias do São João de Deus, com a ocorrência disso as cirurgias senso realizadas não impactaram na liberação de acesso ao leito de urgência principalmente pela demanda aumentada em relação da epidemia de dengue. Mas passados os quinze dias se depararam com um novo pedido feito pela Kênia da Superintendência

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS/MG

para que o município anuísse com a permanência desse quinto leito pelo menos até que os números se apresentassem mais controlados em toda nossa região, mas o município entende que embora tenham plena consciência do problema crônico que existe com leitos hospitalares na macro-região, em situações normais já tem um problema extremamente acentuado de represamento de pacientes na UPA de Divinópolis e isso se repete em outros pontos de pronto atendimento na micro e macro-região, mas a questão sanitária nesse momento quando as cirurgias já foram retomadas e que já prospecta um arrefecimento da pandemia, seria temerário manter esse quinto leito em virtude dos riscos sanitários envolvidos, porque o ambiente hospitalar tem as suas particularidades e quanto menos pacientes freqüentando ou estando no mesmo ambiente melhor, então em razão desse caminhar de uma situação mais controlada, o município vai se manifestar para a superintendência contrário a manutenção desse quinto leito por razões sanitárias e diz que se alguém do conselho quiser fazer alguma ponderação em relação a isso pode fazer, mas eles entendem que naquele momento em que envolvia suspensão de cirurgias eletivas, no momento em que o governo do Estado e Federal estavam investindo, fomentando a realização dessas cirurgias mediante incremento financeiro, essa suspensão traria um impacto negativo para aquelas pessoas que muitas há anos aguardam por uma cirurgia, mas a saúde não pode a pretexto de resolver um problema sujeitar a população a outros decorrentes desse quarto super lotado, então o município optou responder negativamente esse pedido da superintendência e até porque o município entende que é preciso identificar soluções definitivas para os problemas e esse seria só mais um paliativo, existe um déficit de leitos resolutivos na micro-região e no papel o quantitativo de leitos sem olhar as condições técnicas e resolutividade, suficiente para atender o contingente populacional, então é preciso resolver os problemas dos hospitais que em leitos, camas, mas não tem condições de receber um paciente para um tratamento adequado para a necessidade clínica de cada um, portanto ficar autorizando esse quinto leito seria só mais uma medida paliativa que de repente desfocaria a necessidade de ser resolvido em definitivo, diz ainda que não é uma decisão fácil, mas entenderam que seria a decisão sanitária mais adequada. O presidente do Conselho agradece a Sra. Sheila e orienta as pessoas quanto aos questionamentos e diz ainda que quem não tenha interesse de falar pode se utilizar do chat e informa que o Conselho teve uma reunião recente com o Dr. Ubiratan muito produtiva, que as reuniões do Conselho não irão ultrapassar o seu teto que são duas horas de duração e pedi que as pessoas se atenham ao regimento interno que exige dois minutos de fala e se passar disso ele irá interromper para gente possam fazer uma reunião produtiva e objetiva que todos vão ter condições de falar e diz ainda que a fala da Sheila é extremamente importante sobre essa questão, já tem o pagamento do Estado por produção da transferência e os grandes hospitais sofrem muito com isso principalmente a população, muitos pacientes girando em poucas oportunidades é ruim e porque acaba novamente tendo um problema com a questão da cirurgia eletiva. O quinto leito realmente traz em sua opinião mais malefício do que benefício e agradece pelo posicionamento da Semusa. Edson Santos gostaria de saber se estipular um tempo seria o mesmo tempo para todos e se houve deliberação da plenária porque ela é soberana, porque independentemente de ser um trabalhador ou usuário todos tem o mesmo direito e em relação ao tempo se quando estiverem falando se for interrompido, esse tempo deverá ser repostado. O presidente do Conselho pergunta ao Edson qual é a decisão de plenária que ele tem dúvida? Edson pergunta novamente se essa decisão referente ao tempo se foi deliberada pela plenária e o presidente ressalta que o mesmo já disse que possui o regimento interno do conselho e pergunta se ele tem alguma dúvida referente a fala da Sheila? Edson diz que na plenária existe

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS/MG

isonomia e todos têm o mesmo direito e pergunta a Sheila que diante da alta demanda que existe na questão de leitos e fala que tem pessoas esperando há um, dois ou três anos para fazer cirurgias eletivas, portanto não entendeu muito bem a justificativa pela não manutenção do quinto leito, como usuário ressalta que é muito triste ficar esperando e a fila única parece que nunca anda e existe uma alta demanda e questiona sobre a grave questão da dengue como seria o plano de emergência do município para atuar nesse momento difícil que o município está enfrentando. Sheila esclarece que o quinto leito está completamente fora do regramento da Vigilância Sanitária, ele foi introduzido no período de suspensão das cirurgias eletivas, para que o município de Divinópolis ficasse minimamente prejudicado e com a volta da realização das cirurgias eletivas, o quinto leito está em condições sanitárias inadequadas com difícil dimensionamento de espaço, essa decisão tem natureza técnica vinculada à normativa da Vigilância Sanitária que dimensiona espaços e é necessário ter espaços entre os leitos, portanto o quinto leito foi uma saída emergencial numa situação excepcional e emergencial, a suspensão das cirurgias já acabou e elas voltaram a normalidade, então não há mais razão para que isso aconteça, até porque o município de Divinópolis tem responsabilidade sanitária em relação a suas decisões e às ações dadas pela vigilância como qualquer problema de contaminação cruzada a Semusa tem uma responsabilidade legal em relação a isso e como as cirurgias já foram retomadas, já há um consenso da macro região que essa suspensão na voltará a acontecer, tão logo esse quinto leito que contraria as regras da Vigilância Sanitária nesse dimensionamento não é mais possível o município avalizar a sua permanência. Em relação ao plano de contingência basicamente está firmado em duas bases, na prevenção e no atendimento do paciente já adoecido, na parte da prevenção foi estendido o horário de atuação dos agentes de saúde, o fumacê tem circulado em mais quarteirões com horário estendido, a vigilância está fazendo escalas para que os agentes possam fazer o resgate das residências que muitas vezes no horário durante a semana não tem ninguém para receber o agente, com campanhas educativas, visita nas escolas e no braço assistencial foi implantado o ambulatório que está se expandindo, começou inicialmente com o funcionamento de sete às dezessete horas e hoje ele funciona de sete as dezenove horas todos os dias da semana, pela manhã foi feita uma visita ao ambulatório e não tinha nem dez pacientes para serem atendidos, portanto a leitura que se faz é que nos últimos dias tanto no ambulatório quanto na UPA, possivelmente a intensificação dos trabalhos educativos e as visitas dos agentes há uma redução muito importante dos números dos focos encontrados e também a Sheila esteve conversando com a Diretora da Vigilância e o Erson e eles reportaram também a redução de focos encontrados nas residências, então em se tratando de dengue não há muita inovação, é educação, fiscalização e nos casos que o paciente foi contaminado, acolhê-lo o mais rápido possível no ambulatório com hidratação para evitar o agravamento da condição. Maria Aparecida escreve no chat "quanto ao aspecto do ambulatório da dengue, APS possui várias unidades com atendimentos até vinte e duas horas e não entende o motivo de saírem da UBS mais próxima para irem ao ambulatório". Amarildo pede a fala e esclarece que mesmo sendo ciência gostaria de contribuir com a pauta do quinto leito, ele diz que concorda plenamente, mas diz que o Conselho precisa se posicionar e que é preciso trabalhar também na Regulação Estadual, não no sentido de interferência do que é prioridade, mas no sentido do que é prioridade para cada equipamento de saúde existente porque não é possível a regulação ocupar todos os leitos de cama com procedimentos de baixíssima complexidade dentro de um hospital que é de alta complexidade e o município e região continuarem com uma fila mandando para Belo Horizonte, porque quando puxa os dados do Ministério da Saúde referente à

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS/MG

alta complexidade, pode se ver que em cinqüenta por cento vai para o município de Belo Horizonte, enquanto Divinópolis está atendendo média e baixa complexidade num equipamento de alta complexidade da macro região, portanto o Estado precisa melhorar o sistema de regulação porque não pode ser somente sim ou não. O presidente informa que irá conversar com os Conselheiros sobre esse assunto e lê uma pergunta do chat. A pergunta é do usuário Hélio Chagas. "Porque não abrir novos leitos na área nova do São João de Deus, diz ainda que não entende todo dinheiro da construção da nova ala, foi doação da população para aumentar número de leitos, será que a população de Divinópolis dói enganada?" O presidente diz ainda que o Helio solicitou o Regimento Interno no chat e pediu que a secretária executiva o envie e passa a palavra para a Sheila ou Amarildo. Amarildo diz que muitas coisas são faltas de conhecimento primeiro porque a instituição é privada, então ele não sabe a que se refere à pergunta e para não correr o risco de não entender direito, gostaria que essa pergunta fosse feito por escrito porque ele procura a Diretoria do Hospital e responderá por escrito será mais produtivo e o presidente diz que irá passar o e-mail dele para que ele possa ser respondido e orientou inclusive também tem outras perguntas relacionadas a outros temas específicos. Adriano diz que a sua dúvida é a seguinte, no caso aí havendo com a Regional de todo mundo só para entender o processo como funciona até de forma didática pedagógica aprender um pouco mais, então o município não aceitando a palavra final ou algo dessa forma de o Estado estar pressionando é a pergunta e o interessante mesmo que a gente tenha um hospital público Regional aquele estado que não tem conhecimento de há quantas anda a tal da reforma do hospital, então por outro lado ele acha até interessante porque toca é indiretamente nessa questão nesse caso ele tem a palavra final ou foi apenas uma solicitação, portanto o município não aceitar isso implica a que posteriormente? Sheila explica que foi apenas uma solicitação da superintendência que o município tem a palavra final e a devolutiva do município foi muito bem fundamentada, é preciso parar com os paliativos e resolver o problema na sua origem e é um problema muito conhecido de todos e muitas vezes a solução esbarra em muitas questões políticas da região, são condutas e ações melindrosas, houve uma reunião com o termo de regulação do São João de Deus com Samu, a Secretaria de Saúde e esse assunto também foi tratado dentre outras pautas que estavam estabelecidas, o modelo regulatório é preciso ser repensado, o contrato tem um formato com determinado quantitativo de leitos para atender eletivos e um determinado quantitativo para urgências e quando a regulação encaminha um paciente para o São João de Deus, muitas vezes olha apenas a demanda do paciente e muitas vezes a regulação acontece para além da locação daquele paciente por ser um hospital de alta complexidade e o hospital fica superlotado com média complexidade e com isso os leitos acabam sempre sendo ocupada pela urgência impedindo maior fluidez nas cirurgias eletivas, a urgência precisa ser acolhida e atendida com rapidez, mas a fila única eletiva já dura há anos com pouca fluidez, são discussões que precisam ser enfrentadas para enxergar uma luz no fim do túnel, atenção hospitalar, cirurgia eletivas, leitos resolutivos abertos e drenando recursos. Irislaine pergunta sobre publicações na mídia a respeito de critérios de emendas parlamentares destinadas ao São João de Deus, ela tem acompanhado com atenção a destinação dessas emendas porque os próprios políticos divulgam e diz que gostaria de saber como o São João de Deus que é um hospital macro que atende a região do Centro Oeste e Divinópolis, vários vereadores de Divinópolis destinam emendas para o hospital, portanto ela gostaria de saber se os outros vereadores de outros municípios também destinam emendas para o hospital São João de Deus e também quais são os critérios específicos, como funcionam essa destinação das emendas e do uso nos hospitais? Amarildo esclarece que as

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS/MG

emendas municipais se referem aos municípios a que elas pertencem, então os outros municípios mandam emendas para o município deles, as emendas que são destinadas ao São João de Deus são do próprio município e o critério é que seja usado para assistência aos munícipes de Divinópolis e quem destina fica a vontade do vereador, ele tem essa prerrogativa. Amarildo diz ainda que entende também que como uma grande parte de atendimento no São João de Deus é para a referência macro, infelizmente não vê a mesma resposta dos outros municípios, acha que eles deveriam ser chamados a colaborar e que a fala da Irislaine é procedente. O presidente do Conselho ressalta que a fala da Irislaine é muito importante e que ele já havia cobrado isso porque são cinquenta e três municípios, se todos esses municípios têm pacientes que são regulados e transferidos para o São João de Deus, logo eles também deveriam ter por obrigação destinar recursos não só para o São João de Deus, mas para qualquer outro hospital regional, macro, esse dinheiro tem que ser fiscalizado até para que não tenha dúvida e se fosse feito matéria na imprensa escrita e falada para a população ter acesso, a própria Prefeitura poderia explicar os critérios utilizados, como são feitos os planos de trabalhos porque esse plano não passa pelo Conselho, a emenda impositiva dos vereadores também não passam pelo Conselho pela aprovação e sugere que deveria ser criado um projeto de lei para que esse recurso passasse pelo Conselho, inclusive ele solicitou por ofício para que o Decreto nº 14.900 fosse alterado para que esse recurso fosse deliberado, para qual fim os recursos estão sendo encaminhado, quem irá utilizá-los e para que a população tenha mais conhecimento. Edson Santos diz que tem dúvida porque se o São João de Deus que é um hospital de alta e média complexidade, atende a macro com cinquenta e três municípios, porque somente os vereadores de Divinópolis destinam as emendas impositivas e foi vedado pelo Prefeito porque ele não liberou essas emendas impositivas para o São João de Deus, para corpo de bombeiros e Polícia Militar para Divinópolis. O presidente do Conselho concorda com a fala do Edson e o parabeniza pela sua pontuação extremamente importante porque o dinheiro não pode ficar parado e a saúde precisa. Edson diz ainda que seja de interesse público que essas emendas passem pelo Conselho e que a população possa saber qual emenda e qual o valor está sendo usado e quais são os critérios. O presidente esclarece novamente que já sugeriu essa alteração no decreto exatamente sobre as emendas impositivas dos vereadores e diz também que Divinópolis tem quatorze deputados eleitos, três ou quatro deles encaminham emendas não só para a saúde como também para outras áreas e será agendada uma reunião temática com a população sobre isso para que todos possam contribuir com o caminho dos recursos públicos que estão sendo encaminhados. Edson diz ainda que isso deva atender a Lei Federal nº 8.142 de 1990 e também a Lei nº 141, porque tem que passar pelo crivo do Controle Social. Dr. Juliano fala sobre o seminário que os conselheiros participaram sobre o hospital universitário, o Amarildo já colocou as questões sobre esse hospital não ocupar o espaço do São João de Deus, disseram que viria até dois mil e vinte cinco e faz uma proposição para o Conselho, para a Secretaria de Saúde e os órgãos que estão representados na reunião, ele diz que vê algo muito importante da ponta, que os cidadãos não estão caminhando e um hospital escola teria um ambulatório de todas as especialidades, seria o ideal, tem-se uma fila gigantesca, tem pessoas sofrendo e acabam tendo que ir para outros municípios, sugeriu que uma comissão acompanhe isso mais de perto de uma forma mais próxima para que possam ajudar os políticos a construir esse hospital de uma forma mais rápida, para que seja mais operacional e os cidadãos não fiquem sofrendo tanto, indo para a UPA e voltando para a Unidade de Saúde, estão coisas acontecendo na Atenção primária que não podem mais acontecer e suplica para que todos se unam e façam esse hospital acontecer e como

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS/MG

representante dos médicos sugere que todos se unam para alívio da dor e para que a fila ande, é necessário ter uma ação audaciosa para que o hospital regional também seja concluído, que o hospital São João de Deus seja mantido porque é um hospital de excelência e diz ainda que com todo respeito que ele tem pela Sheila e todos os funcionários da Saúde, sabe das dificuldades porque já esteve na regulação, mas diz que é preciso acontecer e pede ao presidente do Conselho que possam se unir e colaborar com a UFSJ. O presidente do Conselho agradece ao Dr. Juliano e diz que esse é um manifesto genuíno e necessário e com certeza pode contar com ele e com o Conselho e passa a palavra para o Lucas. Lucas diz que a Vanessa referência técnica em PICS da Atenção Primária e ele irão apresentar, mas antes responde duas perguntas do chat, a primeira é referente aos testes de covid, eles já estão disponíveis, chegaram à última semana e já estão no nível central, a empresa que forneceu os testes não conseguiu entregar todos os testes solicitados, veio uma quantidade mínima, portanto será racionalizado para as Unidades de Saúde até que todo o estoque esteja normalizado e em relação a dúvida da Jaqueline referente aos agentes comunitários, conforme está estabelecido no edital foram cento e quatorze vagas abertas e cadastro reserva para todas as Unidades e áreas de abrangência, Lucas informa ainda que das cento e quatorze vagas que foram abertas para o Processo seletivo público, se todos ainda não tomaram posse a maioria está em processo de tomada de posse, deve estar faltando pouco devido as pessoas que pediram prorrogação do prazo, inclusive aqueles que tomaram posse e foram exonerados a pedido, já foi solicitado nomeação de outros candidatos aprovados, mas não é possível nesse momento por uma decisão da gestão observando-se a responsabilidade financeira atual do município, solicitar mais vagas do que se tem credenciamento, o município possui duzentos e vinte e nove credenciamentos e só irá fazer o chamamento de cadastro reserva a partir do momento que o Ministério da Saúde disponibilizar esse credenciamento de forma prévia e estão cientes que algumas áreas de abrangência infelizmente estão descobertas, mas esse problema será resolvido o quanto antes na medida que for disponibilizado o credenciamento e passa a palavra para Vanessa Ribeiro apresentar as alterações feitas no Plano PICS. Edson Santos pergunta aos Lucas porque o município perdeu os credenciamentos e também porque a mudança de local do ambulatório da dengue? Lucas esclarece que toda mudança feita pela gestão observa-se critérios técnicos e onde ele está é o melhor local no ponto de vista assistencial e está funcionando muito bem e em relação a perda do credenciamento dos agentes comunitários explica que em abril do ano passado foi credenciado duzentas e cinquenta e duas vagas, esse número já foi justificado, inclusive foi pauta de reunião no Conselho, foi solicitado ao Conselho e a CIB que fizesse a correção e que não foi deliberado naquele momento e o que não aconteceu foi o processo seletivo ele foi lançado mão na época com apenas noventa dias para fazer o credenciamento isso por força da portaria de credenciamento e todo credenciamento tinha um prazo de cento e oitenta dias para ser feito, nessa portaria de cinco de abril do ano passado houve uma mudança do Ministério da Saúde dizendo que não eram mais cento e oitenta dias e sim noventa dias a partir da publicação, portanto não tiveram um tempo hábil para fazer o processo seletivo conforme determina a lei e o tribunal de contas num prazo de noventa dias e que todos os agentes comunitários fossem empossados até cinco de julho. o município ainda tentou fazer um processo público simplificado para não perder o credenciamento, mas a justiça não entendeu dessa forma e o ministério público pediu que seguisse o que determina a lei que é o processo seletivo público e não o simplificado e a gestão optou em seguir a recomendação e naturalmente não houve prazo para que todos os agentes fossem implantados, foi uma decisão acertada porque senão a saúde teria problemas

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS/MG

judiciais em relação a isso e foi lançado um processo seletivo público com cento e quatorze vagas porque naquele momento a comporta no plano de carreira do município só comportava duzentos e cinquenta como já tinham cento e trinta e sete agentes comunitários efetivos, na se podia lançar mais que duzentos e cinquenta por isso foram lançados cento e quatorze vagas no processo seletivo público com o cadastro reserva. Já foi aprovada na Câmara uma comporta de trezentos e vinte agentes comunitários no plano de carreira, mas para isso acontecer terão que ter um novo credenciamento e como o processo seletivo está vigente por dois anos, assim que houver um credenciamento, o chamamento é imediato não precisa de outro processo para isso e todas as áreas de abrangência têm cadastro reserva. Sheila ressalta que Lucas explicou muito bem e diz ainda que a perda do credenciamento estivesse relacionada principalmente a essa impossibilidade do município poder lançar um edital de contratação temporária para a fixação do ACS junto a Unidade de Saúde, atendendo a recomendação do Tribunal de Contas, a procuradoria no município também indicou que esse não era um expediente para levar adiante e foi o tempo para que o processo seletivo público fosse preparado para que pudessem nomear em caráter efetivo os candidatos elencados e a respeito do credenciamento será renovado o pedido ao Ministério da Saúde e na medida em que forem liberando as equipes serão ampliadas de acordo com as necessidades, portanto não foi uma perda por ato de negligência é porque houve a redução tanto do tempo entre a publicação do credenciamento e o efetivo funcionamento da Unidade ou esta questão pontual do Agente Comunitário de Saúde em vínculo precário. O presidente solicita ao Edson e a todos os participantes da reunião que se tiverem alguma coisa que precisa ser entendido para que enviem um ofício para o Conselho Municipal de Saúde, o questionamento será devidamente encaminhado a pessoa responsável para respondê-lo, para que a reunião seja mais dinâmica porque se todas as dúvidas forem trazidas para a reunião eles estarão fugindo da pauta estabelecida para a reunião e também poderão solicitar uma reunião para discutir qualquer tema. Vanessa Ribeiro que é referência técnica das práticas integrativas e complementares em saúde apresenta as alterações que foram sugeridas pelos Conselheiros na PICS e após a apresentação foi feita a deliberação. **EM VOTAÇÃO: Plano de Ação PICS - Resolução SES/MG Nº 8.374, DE 19 de outubro de 2022.** Já passou pelo Conselho para deliberação na Reunião Ordinária de 23/08/2023 e o Conselho sugeriu algumas alterações, portanto foram apresentadas as alterações sugeridas pelo Conselho Municipal de Saúde. **APROVAÇÃO:** UEMG; APAE; SEMUSA 01; UFSJ; SEMUSA 03; SINTRAM; União das donas de casas de MG; ABO; CRM/MG; Associação dos moradores Vila das Roseiras; SEMUSA 02; CISVI; ONG Lixo e Cidadania; Associação São Vicente de Paulo; Associação SER-SÃ; APILSDIR. Foi aprovado por unanimidade o Plano de Ação PICS, com dezesseis votos favoráveis. O presidente dá continuidade às pautas e esclarece sobre as apresentações referentes a PAS 2023 que foram feitas ao longo de quatro reuniões e os Conselheiros que tinham dúvidas as mesmas foram esclarecidas, na última reunião não houve tempo para que fosse feito a deliberação portanto foi transferido para essa reunião para que os Conselheiros possam homologar as suas decisões referentes a esse instrumento de gestão e pergunta se a comissão de prestação de contas tem algum manifesto a ser feito para orientar os conselheiros? Maria Aparecida esclarece que a comissão de prestação de contas não teve um momento de reunião até porque a comissão precisa ser revista e deixa uma pergunta para que os conselheiros pensem sobre a deliberação a PAS e a RAG 2022 foram reprovadas pelo mesmo motivo porque não se tinha os instrumentos de gestão, portanto estão deliberando uma coisa que o ano já se passou por falta do instrumento de gestão e diz ainda que gostasse que os conselheiros avaliassem bastante até porque

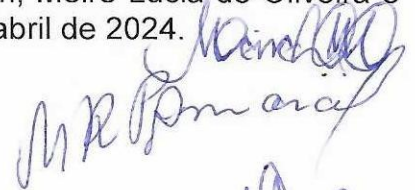
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS/MG

juridicamente é preciso pensar se tem que aprovar ou não porque 2022 fomos reprovados por não cumprimento dos instrumentos de gestão e não cumprimento do TAC (Termo de ajustamento de conduta) deixa claro novamente que a comissão não se reuniu e se tiver algum membro da comissão presente e quiser acrescentar alguma coisa porque poderão incorrer em questões jurídicas. O presidente relembra que a PAS 2022 foi reprovada na somente por extemporaneidade e também sobre o não cumprimento do TAC, sobre os prazos perdidos em relação à legislação e pergunta se tem alguém que deseja acrescentar algo? Irislaine diz que gostaria de ponderar a questão que a Maria Aparecida trouxe, em relação à comissão se reunir, quem estava como presidente da comissão de prestação de contas era o Warlon, por uma série de coisas ele saiu do Conselho então não tiveram a oportunidade de se reunir para poder debater especificamente a PAS 2023, mas não foi somente por extemporaneidade que foi reprovada a PAS anterior, houve outras situações que foram colocadas e foi feito uma apresentação porque somente a extemporaneidade por si não é o suficiente para poder reprovar um plano não e no seu entender o Conselho e a Secretaria de Saúde estão mantendo um diálogo para tentar resolver situações que infelizmente ocorreram e que a Sheila e o Lucas assumiram com situações que já tinham passado, mas eles entendem a boa vontade de estarem tentando trabalhar junto com o Conselho para conduzir da melhor maneira possível e trazer o menor impacto para a população, mas como estão votando uma PAS onde era outro Secretário de Saúde, outra situação, não é uma questão pessoal mas eles tem um documento técnico do Ministério da Saúde que não estava sendo cumprido e tem outras situações que foram apresentadas também que não foram cumpridas e diante disso trazem a luz para que os conselheiros possam fazer as votações conscientes do papel deles enquanto fiscalizadores da gestão. O presidente do conselho lembra que a PAS 2024 já está no Conselho Municipal de Saúde e será pautada nas próximas reuniões, portanto esclarece sem criar juízo de valor ao ex-Secretário de Saúde que assim que a Sheila assumiu a PAS 2024 já está rigorosamente no conselho dentro do prazo para que os conselheiros possam fazer a leitura do mesmo e posteriormente as apresentações e deliberações e diz ainda que eles estejam falando de documento norteador que é o Planejamento anual de saúde, não está em deliberação o que foi ou não cumprido dentro da execução porque isso é a prestação de contas e será feito posteriormente e o que está sendo deliberado agora é o instrumento de gestão a PAS 2023 e passa a palavra para a secretária executiva fazer o chamamento das Entidades para que possam deliberar. **EM VOTAÇÃO: PAS 2023 (Programação Anual de Saúde 2023) APROVAÇÃO:** SEMUSA 01; SEMUSA 03; SEMUSA 02. **REPROVAÇÃO:** UEMG; UFSJ; SINTRAM; ABO; Associação dos moradores Vila das Roseiras; ONG Lixo e Cidadania; Associação São Vicente de Paulo; APILSDIR. **ABSTENÇÃO:** CSSJD; APAE; ADIVAREVIV; União das donas de casas de MG; CRM/MG; CISVI. A PAS 2023 foi reprovada por oito votos contrários, seis abstenções e três aprovações. Mensagens do chat: Jacqueline Alves pergunta a Sheila quando vai chamar mais agentes de saúde para o bairro Interlagos, pois grande parte da população está descoberta, ou seja, sem agente de saúde, apenas chamaram cinco agentes e não foi chamada nenhuma reserva, na área do CSU tem sete micros áreas, apenas três estão cobertas já no CSU, duas foram chamadas e informa que é uma cobrança da população. Sheila responde que a contratação de mais agentes de saúde, por enquanto, ainda não tem previsão, uma vez que o município de Divinópolis já possui o quantitativo estabelecido pelo Ministério da Saúde com garantia de custeio participativo. Maria Rosa e Lourdes Ribeiro dizem que a UPA está tratando os usuários com descaso e casos sérios estão sendo tratados sem a mínima atenção e Maria Rosa diz ainda que não esteja tendo visitas

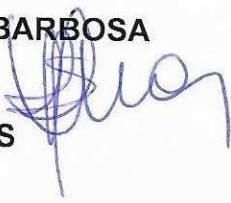
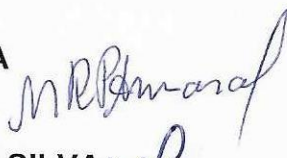


CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS/MG

regulares dos atendimentos em casa dos doentes e são muitas áreas descobertas. Isabel Soares também diz que tem acompanhado a falta de atendimento domiciliar aos acamados. Miguel Gamer diz que não está fácil, pois tem uma paciente com bolsa de Bogotá que não está recebendo os materiais de curativos adequados, o PSF Sagrada Família alega que não tem micropore. Edson Santos diz que é necessário ter capacitação de muitos profissionais de saúde, inclusive aos ACS que estão com vínculo direto com os usuários de saúde e diz ainda que acha importante a confecção de banners para todas as UBS do município, bem como a ampliação das PICS para todas as Unidades e suporte para a implantação, realização e manutenção das mesmas e sugere uma pauta sobre a assistência farmacêutica, pois está faltando muitos medicamentos e insumos nas farmácias das UBS e também na farmácia municipal. Nada mais havendo a tratar, foi lavrado o presente ata que vai assinada por mim, Meire Lúcia de Oliveira e as (os) conselheiras (os) participantes na plenária. Divinópolis, 03 de abril de 2024.

Assinadas.



III REUNIÃO ORDINARIA DE 03/04/2024

ANA LAURA SANTOS LOPES
ADRIANO GUIMARÃES PARREIRA
AMARILDO DE SOUSA
ÉRIKA CAMARGOS FERREIRA
FLAVIA DE OLIVEIRA
GERALDO DE ALMEIDA
GERALDO LUCAS LAMOUNIER
GUILHERME AUGUSTO DA SILVA BARBOSA
GUILHERME LACERDA TEIXEIRA 
HENRIQUE MECKLER DOS SANTOS
INES ALCIONE GUIMARÃES
IRISLAINE DUARTE LOPES AQUINO
JOSÉ MARCELO DAVID
JULIANO GONÇALVES RESENDE
LOURDES RIBEIRO DE ALMEIDA LA PORTA
MARCELA VALÉRIO SILVA
MARIA APARECIDA DE SOUSA
MARIA ROSA PINTO AMARAL 
MATHEUS ELIAS FERNANDES SILVA 
MIGUEL FRANCISCO ISVAR TANTRIC FERREIRA VIEGAS MEIRELES
MIRIAM CRISTINA DA SILVA AMARAL
SORAIA MILEIB SANTOS OLIVEIRA
VERLAINE BARBOSA 
SHEILA SALVINO